

OS DESAFIOS DO PEDAGOGO NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA.

Tamara Miranda de Moura¹

Joyce Pereira de Andrade²

Samuel Francisco Pereira de Oliveira³

Naiane Duarte de Oliveira⁴

RESUMO

O presente artigo científico tem por objetivo analisar e refletir sobre o papel do pedagogo na construção de uma escola efetivamente inclusiva, enfatizando os desafios que esse profissional enfrenta nessa empreitada de grande relevância social, ao passo que esta instituição constitui uma ferramenta de grande valia na formação de sujeitos críticos-reflexivos, dotados de autonomia e sujeitos do próprio destino. Nessa perspectiva, este estudo perpassa pela verificação do que realmente é uma escola inclusiva (fazendo-se pesquisa in loco) e pela análise da natureza da intervenção do trabalho do pedagogo na busca da inclusão escolar. Para subsidiar o presente artigo além do levantamento bibliográfico sobre a temática foi realizado um questionário, aplicado, a professora de uma escola municipal que atua enquanto pedagoga na área de atendimento educacional especializada, com a finalidade de coletar dados e verificar se existe a aplicabilidade real do processo de inclusão garantindo a permanência das pessoas com deficiência no espaço regular de ensino.

Palavras-chave: Escola inclusiva; atuação do pedagogo; pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o processo de inclusão, tem se tornado rotineiro na dinâmica escolar. Muito disso, deve-se aos avanços conquistados nos termos legais brasileiros, a exemplo, a Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015), que diretamente contribui para formação de uma sociedade mais respeitosa e dialética.

Ao incluir as pessoas com deficiência, a escola necessita se reinventar desde o conjunto teórico a efetividade da prática educativa, ou seja, da gestão escolar à experiência da

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, tamaramiranda.uern@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, joyceandrade16@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, samuelfrancisco12@hotmail.com;

⁴ Professora orientadora: Especialista, Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, naianeduarte92@gmail.com



sala de aula, para somente assim se constituir enquanto um ambiente propício à aprendizagem (PAPA et al, 2015).

Inevitavelmente, a escola, a comunidade e a família têm papéis fundamentais na luta de construir e garantir a efetividade dos direitos desses sujeitos que por muito tempo ficaram as margens da sociedade. Mas, qual seria o papel do pedagogo nesse processo? Quais são suas contribuições para garantir a construção da escola verdadeiramente inclusiva? Que escola é essa? Quais são os desafios? São questões que circundam o debate sobre inclusão.

De acordo com Libâneo (2010) o pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações. Portanto, é o profissional que está diretamente relacionado entre ação educativa intencional e a dinâmica das relações entre a contextualidade a qual está imersa a educação tendo a escola como campo de pesquisa.

Com base nessas questões, buscamos tecer algumas reflexões acerca da construção da escola inclusiva, com objetivo de apontar alguns dos desafios enfrentados pelo pedagogo e seu papel nesse processo, a fim de apontar algumas saídas, compreendendo que não se trata de um caminho linear ou consonante, mas sim de exercício contínuo de muitas nuances e feito por muitos sujeitos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritivo-analítica. Que tem como lócus de estudo a Escola Municipal Camila de Léllis, localizada no município de Riacho da Cruz- RN, escola esta que recebe alunos especiais. A mesma se deu através de observações feitas durante levantamento bibliográfico referente à inclusão, e a inquietação a cerca da pergunta chave “Se existe de fato uma escola inclusiva?”.

Para subsidiar o presente artigo além do levantamento bibliográfico sobre a temática foi realizado um questionário, aplicado, a servidora municipal que atua enquanto pedagoga na área de atendimento educacional especializada, com a finalidade de coletar dados e verificar se existe a aplicabilidade real do processo de inclusão.

Para a base teórica serão usados como principais autores, LIBÂNEO (2010), MANTOAN (2002) e MAZZOTTA (2005). O trabalho será dividido em dois tópicos centrais, o primeiro tópico falará sobre um levantamento bibliográfico sobre o histórico do processo de inclusão, a função da escola e do pedagogo, o atendimento educacional especializado e por último, o segundo tópico, falará sobre as observações e questionário.

REFERENCIAL TEÓRICO

Histórico do Processo De Inclusão



A historicidade do processo de inclusão de alunos com deficiência demonstra que esta atravessou diferentes fases, e que ao passar dos anos vem aos poucos avançando, tanto nos termos legais quanto no reconhecimento social (MAZZOTTA, 2005). Isto possibilitou gradativamente o aumento das chances e relativa valorização do direito de todas as pessoas com deficiência de estudar.

No Brasil, especificamente, as discussões favoráveis à inclusão foram fortemente influenciadas pelas lutas, movimentos e declarações internacionais (FRIAS e MENEZES, 2008). A partir de 1957, efetivaram no âmbito nacional ações mais efetivas de caráter oficiais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 4.024, que discute a matrícula de crianças “excepcionais” no ensino regular (KAILER e PAPI, 2014). Em 1988, a Constituição Federal, estabeleceu educação enquanto direito em seu artigo Art. 205:

Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

No artigo 208, inciso III, constitui como dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, ou seja, aos poucos se inicia o processo de receber as crianças e jovens com deficiência e a tarefa de incluí-las nas escolas de ensino regular, comuns (BRASIL, 1988).

Na década de 1990 e início do século XXI, de acordo com Mazzotta, 2005 avançamos os estudos sobre a Educação Especial no Brasil, ampliando-se as reflexões e as práticas inclusivas, havendo assim, uma nova perspectiva para a concretização da inclusão dentro do contexto escolar e na sociedade geral, sendo um período caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Muito disso, é perceptível pelos documentos aprovados e reformulados dos marcos legais como: a Lei Nº 8.069, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Política Nacional de Educação Especial (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Decreto Nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção (1999), a Lei Nº 10.172 de 2001 que Aprova o Plano Nacional de Educação, a Resolução CNE/CEB Nº 2 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Lei Nº 10.436/02 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (2002), a Lei nº 12.764 que institui a Política



Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), o Plano Nacional de Educação (2014), entre tantos outros. (BRASIL, 2008 e 2018).

Portanto, atualmente, existe um direcionamento para que as políticas educacionais garantam as pessoas com deficiência a inserção nas escolas de ensino regular, desde a educação infantil até a educação superior. Tal como forneçam os meios para que estes possam permanecer, e se efetivar enquanto sujeitos emancipados e integrados de forma total a sociedade.

Educação Inclusiva: Função da Escola e do Pedagogo

A escola é um ambiente diverso e plural, o qual se encontra uma amostragem franca da realidade social. É um lugar de encontros, de igualdade, de desenvolvimento (PAPA et al, 2015). A mesma cumpre um papel de suma importância na vida e na construção social dos indivíduos, pois, trata-se do ambiente que passamos boa parte da vida, sendo considerado o segundo organismo social depois da família. Segundo Paula, 2007:

A escola tem um papel muito importante na vida da criança e do jovem. Ao entrar na escola, eles têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual a outra. Dessa forma, ela vai passar por muitas experiências novas e, assim, vai agir, reagir, mudar sua forma de pensar e, criar um jeito próprio de se relacionar com o mundo. (PAULA, 2007, p. 08).

Segundo Menegolla e Sant'anna (2011) "A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida". Portanto, é inevitável não visualizar o papel primordial da escola na formação e no sucesso do projeto de vida de cada pessoa, e a necessidade que esta tem de refletir a inclusão como uma forma de desconstruir as práticas de exclusão e segregação presentes na sociedade (KAILER e PAPI, 2014).

As escolas brasileiras são marcadas pelos altos índices de evasão e pela marginalização e discriminação de grande parte de seu alunado (MANTOAN, 2003), Por muito tempo e ainda hoje, está passando e passando por inúmeras dificuldades e diferenças para lidar com a temática inclusão, esta se blindava através do formalismo e burocracias, de modo a não reconhecer ou considera a necessidade de se reinventar em todos os elementos do processo pedagógico. (MANTOAN, 2003 e KAILER e PAPI, 2014).

O papel da escola foi sempre visto como ambiente de construção e morada do conhecimento, porém, vem se modificando, de acordo com Libâneo, 2011:



Tem sido predominante no âmbito das políticas oficiais e em alguns segmentos de pesquisadores da educação o entendimento de que escola seja principalmente um lugar de acolhimento e integração social, de encontro e compartilhamento entre os alunos, posição que se justifica em nome das diferenças sociais e culturais, dos diferentes ritmos individuais de desenvolvimento e aprendizagem. (LIBÂNEO, 2011 apud: BRABO, CORDEIRO e MILANEZ, 2012, p. 29).

Contudo, hoje a sociedade exige uma escola mais participativa e que multiplique a ideia da equidade e de alteridade, uma vez que, a escola verdadeiramente inclusiva está sendo construída a passos lentos, e que aos poucos se ressignifica, enquanto, um espaço de manifestação da diversidade, da pluralidade, reconhecendo a possibilidade e as habilidades de cada indivíduo, sendo ferramenta de luta pela garantia dos direitos de todos, especialmente se compreendermos sua capacidade de colaborar para a transformação e a mudança da realidade.

O pedagogo é fundamental nesse processo de construção, pois é o profissional responsável em intervir nas atividades pedagógicas, por meio de ações e práticas educativas. Esse profissional tem como atribuição planejar, construir e organizar um espaço democrático que valorize todos os alunos de forma igualitária, independentemente das deficiências, pois cada um tem suas especificidades. De acordo com Libâneo, 2001, p. 11 o pedagogo:

É o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humanos previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001, p. 11).

Ao longo da prática cotidiana esses profissionais vão compreendendo e intervindo no processo de inclusão dentro e fora das escolas, agindo como intermediador entre os alunos, a família, a sociedade e a escola, de modo a superar os preconceitos, preconizando a valorização do ser humano, sua identidade e suas necessidades. Segundo Kailer e Papi, se fundamentando em Romanowski (2007) a função do pedagogo é:

[...] mobilizar e definir o trabalho pedagógico para caminhar no sentido de efetivar uma educação de qualidade que valorize todos os alunos, independentemente de suas características. Dessa forma, o trabalho realizado, é o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdos, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se por articular todos esses elementos. (KAILER e PAPI, 2014, p. 8 e 9).



Percebemos que, a partir de uma valorização por parte do profissional docente, o pedagogo, todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade, independentemente das diferenças e singularidades; para isso é necessário que aconteçam modificações, transformações e reestruturação da equipe escolar, nos mais diversos âmbitos do sistema educacional, apontando a responsabilidade e articulação entre todos os envolvidos, uma vez que o processo de ensino aprendizagem passa por muitas mãos.

Vale lembrar que, mesmo a educação especial estando presente dentro do contexto escolar existe ainda muitos desafios que o pedagogo tenta superar através das suas ações e do seu conhecimento, tendo como principal função de mediar e oferecer condições concretas, de um ensino de qualidade e igualitário, para desenvolvimento pleno enquanto cidadão ativo da sociedade.

Para complementar o trabalho educacional e contribuir juntamente ao pedagogo, dispõe-se de alguns mecanismos como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e apoio de profissionais da área de educação especial como intérprete, professor de Braille, libras, entre outros.

Mesmo com os inúmeros avanços, ainda existem muitos desafios, como a educação especial vista como um sistema paralelo, a dificuldade vivenciada na sala de aula de respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, o foco nas limitações dos alunos, e não em suas competências, a necessidade de uma equipe envolvida no combate aos desafios e a ausência de formação inicial e continuada para os agentes envolvidos no processo de inclusão escolar (ALONSO, 2013).

A Importância Do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado é um artifício que tem como objetivo o desenvolvimento das potencialidades das pessoas portadoras de deficiências, considerando as suas necessidades específicas. É um atendimento garantido pela constituição federal.

No Decreto de nº 7.611/2011, publicado em 17 de novembro de 2011, que tem como base os direitos sobre a Educação Especial no Art.2 pontua:

A educação especial deve garantir os espaços de apoio especializados voltados a eliminar barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtorno do conhecimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011)



O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, sendo atividades mais lúdicas e que se diferenciam da rotina da sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, ou seja não trata-se de aulas de reforço.(BRASIL, 2008).

Nesta perspectiva, a sala de Atendimento Educacional Especializada é uma área do conhecimento onde envolve a interdisciplinaridade, que envolve recursos, metodologia e práticas pedagógicas possibilitando a inclusão social (LIMA e CARNEIRO, 2016).

Portanto, a escola deve estar preparada com profissionais especializados, com formações específicas da área de inclusão, e este profissional irá acompanhar diretamente estes alunos, utilizando inúmeros recursos para a fomentação de uma educação digna para os alunos com deficiência e aprimoramento das habilidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o processo de observação foi notável que a escola encontra-se em boas condições para receber os discentes, dispõe de uma ampla estrutura física e com profissionais devidamente qualificados, efetivados no quadro de servidores municipais e lotados na SMEC, estando com os padrões exigidos para o atendimento.

Atualmente atende um total de 395 alunos sendo 187 nos Anos iniciais, 152 Anos finais do Ensino fundamental e 56 na Educação de Jovens e Adultos – EJA, distribuídos em 20 turmas, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O questionário aplicado foi estruturado com perguntas amplas, com o objetivo de melhor visualizar, a relação do pedagogo no processo de construção de uma escola efetivamente inclusiva.

A primeira pergunta realizada foi: Na sua perspectiva o que seria uma escola inclusiva? Quais são suas principais características? A professora em sua resposta pontua especificamente a importância da estrutura pedagógica, e a necessidade da capacitação da equipe escolar para concepção de escola inclusiva, e que isto, deve estar incluso em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), e faz uma crítica direcionada as “escolas”, que pensam que são inclusivas, por terem rampas ou materiais de apoio.

Em suas palavras: “a escola inclusiva é bem mais do que somente receber a matrícula de pessoas com deficiência, ou ter rampas e materiais adaptáveis. Trata-se de se adaptar a uma série de competências e condições estruturais e principalmente pedagógicas para que



realmente a inclusão aconteça. É necessário ter uma equipe escolar dedicada, e principalmente capacitada. As principais características de uma escola inclusiva são equipe capacitada, equipamentos adaptados, atendimento educacional especializado e políticas de inclusão no Projeto Político Pedagógico (PPP)”.

Podemos perceber que são pontos primordiais, pois, para a escola poder oferecer uma educação de qualidade ela necessita capacitar seus professores e seus funcionários em geral, afinal, não se constrói uma escola inclusiva através do olhar de se moldar para deficiência a ou b, mas pela capacitação de lidar com as inúmeras situações e de garantir que a escola seja o berço do conhecimento para todos, de modo que, ela se reinvente todos os dias, e se vista na perspectiva da equidade e da valorização do indivíduo. Uma vez que a atuação da escola é para além da formação individual, ela tem a responsabilidade com o desenvolvimento social, e influência na formação dos valores e atitudes. Mantoan, 2007 diz que:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiências possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MANTOAN, 2007, p. 45)

Portanto, a escola verdadeiramente inclusiva é aquela que se constrói nos ideais de respeito, solidariedade, fraternidade, que valoriza a diversidade.

A segunda pergunta realizada foi: No cotidiano escolar quais seriam os principais desafios enfrentados para garantir a inclusão de forma concreta? Qual o papel do pedagogo nesse processo?

De acordo com a professora, os principais desafios estão associados à ausência de recursos, capacitação, espaço e tempo. Para ela, o maior desafio é a adaptação da metodologia para atender as necessidades específicas dos alunos. Uma vez, que existe uma lacuna durante a formação acadêmica, que só é percebida no momento que o professor pedagogo tem que lidar com pessoas portadoras de deficiência em seu cotidiano. Portanto, preparar materiais, capazes de atender diferentes públicos em uma única sala, com sujeitos que carecem de um atendimento especializado, aponta a necessidade de um olhar mais reflexivo, para que de fato a inclusão aconteça.

Nesse processo, é importante ressaltar a importância do professor está sempre em processo de pesquisa e capacitação, pois somente assim será capaz de estabelecer condições de aprendizagem para todos. Uma vez que seu papel é planejar, organizar e efetivar as ações para a inclusão. Como Nozi, 2014 destaca:



As flexibilizações curriculares constituem uma estratégia de planejamento e de atuação do professor. É um processo de tomada de decisões para atender às necessidades educacionais especiais de um aluno (a) quanto ao que deve aprender, como e quando, e qual a melhor forma de organizar o ensino para que todos sejam beneficiados. (NOZI, 2014, p. 26).

Ou seja, as estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas pelo professor devem ser adaptadas às características dos alunos, à composição da classe, ao perfil curricular, de modo que, favoreça a construção do conhecimento de forma integral, cooperativa e autônoma, que possibilite a alunado condições para que se efetive a aprendizagem de forma significativa e funcional (ARANHA, 2003; HEREDERO, 2005; e LEITE, 2008). As demais dificuldades pontuadas pela professora como os recursos, a capacitação, espaço e tempo, são questões que tem ligação direta com o poder público, afinal para que o profissional elimine esses desafios, além de sua dedicação é fundamental que o poder público invista na educação.

Já os apontamentos feitos pela professora em relação ao papel do pedagogo vão de encontro ao que Libâneo (2010) aponta, que o pedagogo “é o profissional, que investiga a realidade educativa, no geral e no particular, e lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.” E é o responsável de transmitir e instigar conhecimento para seus alunos, sendo o responsável de unir a teoria com prática, de modo que os ensinamentos tenham ligação com a realidade concreta de seus alunos. Sendo necessário ter um perfil profissional que respeite a rigorosidade metódica, pesquisa, criticidade, ética, respeito à pluralidade para só assim conseguir atuar enquanto agente de inclusão.

Por último foi perguntado: Qual a importância de se ter a sala de atendimento educacional especializado (AEE)? Qual seria a função do profissional especializado? Que tipos de recursos são disponibilizados na sala de AEE para mediar o ensino?

Em sua resposta a professora aponta a importância da sala de atendimento especializado, identificando-o, enquanto um espaço que possibilita o professor lidar particularmente as habilidades e dificuldades dos alunos, fomentando atividades mais lúdicas e específicas, criando condições diferenciadas das vistas em sala de aula para que o aluno desenvolva as suas habilidades e competências. Sendo um espaço que possui diversos recursos como computador, jogos educativos, livros, lupas, tesouras adaptadas, além dos recursos em mídia. Apresenta ainda que a função do profissional é bastante ampla e é descrita na resolução Nº 03/2016-CEB/CEE/RN no 3º artigo.



Consequentemente, em consonância com a professora é importante pontuar que a sala de atendimento educacional especializado, antes de qualquer coisa, é uma conquista. Trata-se de um ambiente desenvolvido por um profissional capacitado que em parceria com o conjunto educacional da escola e a família verifica as barreiras e busca alternativas para aprendizagem dos estudantes. Esse atendimento acontece no contra turno, e não é um reforço escolar.

Como a professora citou em sua resposta o atendimento especializado e regulamentado pela Resolução nº 03/2016-CEB/CEE/RN. Uma vez que é garantido pela constituição federativa do Brasil de 1988.

As atribuições do profissional estão diretamente relacionadas a identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial, ou seja, esse profissional deve introduzir práticas inovadoras de modo a proporcionar condições adequadas para que os discentes possam desenvolver suas capacidades e habilidades, sempre respeitando suas limitações e trabalhando-as para superá-las. Neste ambiente, encontram-se materiais alternativos, como apontados pela professora de AEE, que são utilizados com o fim de tornar um ensino mais lúdico e interativo, possibilitando que o discente se sinta confortável, e assim possa aprimorar suas habilidades e desenvolver as que ainda têm dificuldades.

Portanto, esse espaço e esse profissional têm a função de buscar ampliar os horizontes da escola na promoção da inclusão, garantindo assim que seu público alvo seja integrado de forma plena na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber durante toda a pesquisa e diálogo com os documentos teóricos, que a inclusão é um assunto muito vasto e de muita importância para a sociedade atual e que passou por inúmeros processos de luta, e que hoje a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns está reconhecida nos textos legais, sendo uma grande conquista. Porém, ainda há muito que lutar.

Nenhuma ferramenta, além da Educação, é possível de transformar a sociedade. Portanto, é imprescindível que essa tenha uma nova postura, e que se reformule nos fundamentos da diversidade e da valorização do ser diferente. Infelizmente, ainda não temos a escola inclusiva que tanto batalhamos, contudo, o que temos hoje é uma escola mais aberta ao debate, menos sectária e que aos poucos enfrenta as práticas excludentes e discriminatórias



presentes na sociedade, e que a passos lentos, caminha para uma escola mais livre, justa e diversa.

Com base nas observações e nas questões respondidas pela professora pedagoga de Riacho da Cruz, é perceptível, o processo de construção da escola, e o papel que o pedagogo ocupa e os desafios que este enfrenta para consolidar essa nova escola. Estes desafios por sua vez, exigem uma mudança de postura, percepção e de organização do sistema educacional.

Logo, a finalidade desta pesquisa, foi de tecer algumas reflexões acerca da construção da escola inclusiva e apontar alguns dos desafios enfrentados pelo pedagogo e seu papel na construção deste ambiente de múltiplas aprendizagens.

Por fim, os paradigmas da inclusão deixam uma grande lição, que é preciso olhar para as diferenças como oportunidade. Oportunidade de mudar e construir um mundo novo, de respeito, valorização e diversidade, para assim termos sujeitos em suas diferenças aptos a exercerem a plena cidadania.

REFERÊNCIAS

ALONSO, D. Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula. Nova escola, 01 de Dezembro de 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 06 agosto de 2020.

ARANHA, M.S.F. (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica/coordenação geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004. v.1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>. Acesso em: 07 de ago. de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 07 de ago. de 2020

BRASIL. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e da outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 20 de ago. de 2020.

BRASIL - Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. Todos pela educação. Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão, 2018. Disponível em: < <https://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

BRABO, T. S. A. M; CORDEIRO, A. P; MILANEZ, S. G. C.(org). Formação da pedagoga e do pedagogo: pressupostos e perspectivas /Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.



CASSOL, S. F. C. e BONDEZAN, A. N. O papel do pedagogo como mediador do processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola: respeitando as diferenças. 2016. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_silvanafatimacopini.pdf> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

FRIAS, E. M. A; MENEZES, M. C. B. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. PDE, FAFIPA, p. 1462-8, 2008.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva: bases legais para sua organização. Revista ABC Education, n. 45, p. 10-15, 2005.

KAILER, P. G. L; PAPI, S. O. G. O papel do Pedagogo em relação à Inclusão Escolar. Anais da ANPED Sul, p. 859-1, 2014.

LEITE, R. S. Formação de professores: aquisição de conceitos ou competências? Disponível em: <<http://www.corbellini.com.br/Site/Aprendizagem/formacao.htm>.> Acesso em: 25 de jul. de 2020.

LIBÂNEO, J.C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar em Revista, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, J.C. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, A. V. e CARNEIRO, A. P. L. A importância da sala de atendimento educacional especializado – AEE, II CINTEDI, 2016. Disponível em: < <https://editorarealize.com.br>> Acesso em: 20 de ago. de 2020.

MANTOAN, M. T. E. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer. São Paulo: Moderna, 2003.

MENEGOLLA, M. SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e política públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOZI, G. S. Procedimentos pedagógicos para favorecer a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular: um estudo bibliográfico. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

PAPA, F. et al. Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva. Boas Práticas na Perspectiva da Educação Especial Inclusiva, p. 70.

PAULA, A.R. A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.